



Vera Rocha  
Eunif

**Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem**

**Acta nº 15**

**4ª Sessão Ordinária de 2019**

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no edifício da Junta, em S. João das Lampas, realizou-se a 4ª Sessão Ordinária de 2019 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte -----

**ORDEM DE TRABALHOS:**

**Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

**Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**PONTO 3 - ORDEM DO DIA**

- 1. Apreciar e Votar a Acta nº 14;
- 2. Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 4º Trimestre de 2019.
- 3. Apreciar e votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020;
- 4. Apreciar e votar a proposta nº 46 do executivo relativa ao Mapa de Pessoal. -----

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: -----

- 1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
- 2. Emídio Parcelas Pardal
- 3. Vera Sofia Rodrigues da Rocha
- 4. Fernando da Silva Pires
- 5. José Fernando Morais
- 6. Humberto Manuel Príncipe Duarte
- 7. José Manuel Patrão dos Santos
- 8. Luís Fernando Alegre dos Santos
- 9. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
- 10. Ana Maria Domingos Carioca
- 11. José António Alves do Paço
- 12. João Pedro Gaspar Ferreira

### 13. Ludovico Calado Martins

-----  
Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes todos os seus elementos, nomeadamente, o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas, a Tesoureira, Lígia Joana Carreira Duarte e o Vogal José Alberto dos Santos Carvalho. -----  
-----

#### ABERTURA

O Senhor Presidente da Assembleia considerou aberta a reunião com a verificação de inscrições para a intervenção do público.

#### Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Deu entrada uma inscrição para uso da palavra, no Período Aberto ao Público, pelo freguês Henrique Martins, o que lhe foi concedido de imediato.

- Sr. Henrique Martins – saudou os presentes e agradeceu a oportunidade de poder falar nesta Assembleia a que pertenceu nos últimos dois mandatos. Disse depois que, conforme escreveu num artigo publicado no Jornal de Sintra (Anexo I) sobre o PDM, cuja revisão foi finalmente aprovada pela Assembleia Municipal, o movimento cívico que encabeçou e que levou à participação de 1180 munícipes reclamando dos termos em que o documento fora elaborado, deu alguns frutos. Disse que a nossa zona, que tinha sido fortemente penalizada, em resultado dessa movimentação, acabou por ver acolhidas muitas das pretensões apresentadas. Existiam, no entanto, muitas injustiças, face aos proprietários de terrenos que em 2009 eram urbanizáveis (com consequentes aumentos no IMI) e que deixaram de o ser na versão do PDM agora aprovada. De seguida referiu-se às vantagens que haveria para a população se, em vez de uma união de freguesias houvesse duas freguesias: S. João das Lampas e Terrugem. Seria evidente uma maior proximidade entre os autarcas e os habitantes o que seria muito mais vantajoso para estes territórios.

--Sr. Presidente da Junta - Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para resposta, este disse que tinha feito parte da comissão municipal de acompanhamento do PDM e que até foi um dos elementos mais activos do grupo a manifestar a discordância, tendo feito questão de que se registasse em acta as suas posições. E estava à vontade pois até tinha votado contra na Assembleia Municipal. Mas nesta questão do PDM, o que lhe parecia mais grave era o desconhecimento que muitos proprietários tinham, sobre a possibilidade de reclamar, acabando por deixar passar o prazo e, quando deram conta da gravidade da situação é que "acordaram". Mas aí já era tarde. E tinham sido feitas várias sessões de esclarecimento na freguesia, mas muito pouco participadas. Só no final é que começou a verificar-se um maior interesse. De qualquer forma, se, dentro de três ou quatro anos, quando houver uma revisão intermédia, sectorial, se se registar uma forte mobilização das pessoas que justifiquem alguns ajustamentos ao PDM, com certeza que isso será tido em conta, corrigindo-se algumas das injustiças agora cometidas.

-- O Sr. Presidente da Assembleia deu, de novo, a palavra ao Sr. Henrique Martins, dizendo-lhe, no entanto, que fosse breve, dado haver um grande número de pessoas no público que poderiam querer falar à assembleia. ....

--Sr. Henrique Martins - Agradeceu e disse que o que pretendia sublinhar era os casos em que os proprietários tinham criado alguma expectativa com os seus terrenos e que acabaram por vê-las goradas. Lembrou o facto do terreno onde está o Multiusos de S. João das Lampas em que o proprietário o adquiriu, mas não conseguiu fazer nele aquilo que pretendia, pelo que pô-lo à venda por um preço acessível, que acabou por ser vantajoso para a Câmara. ....

## Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--O Sr. Presidente da Assembleia começou por referir que deu entrada uma moção apresentada pela CDU cuja admissibilidade foi colocada à votação e aprovada por unanimidade, dando a palavra ao Sr. Ludovico Martins, que passou a fazer a sua apresentação. ....

--Vogal Ludovico Martins - Efectuou a leitura do texto da "Moção sobre a colocação de lombas na Rua Alto dos Moinhos" (Anexo II). ....

--Votação : O Sr. Presidente colocou a votação a "Moção sobre a colocação de lombas na Rua Alto dos Moinhos" tendo a mesma sido aprovada com 5 votos a favor e 8 abstenções (5PS+1PT+2CDS). ....

--O Sr. Presidente da Assembleia, de seguida, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo o Vogal Ludovico Martins respondido afirmativamente.---

--Vogal Ludovico Martins - colocou as seguintes questões : 1 - Se a repavimentação da estrada de Terrugem, agora em curso, tem a ver com as obras da ARU (Área de Reabilitação Urbana); 2- Houve um investimento de 180 milhões de euros na Área Metropolitana de Lisboa, dos quais 42% se destinam a melhorar os transportes, pelo que perguntava se já foi feita alguma coisa no sentido de melhorar os transportes públicos na Freguesia de S. João das Lampas e Terrugem; 3 - Ficou de ser marcada uma Assembleia Extraordinária a propósito da transferência das novas competências, logo que se concluíssem as negociações com a Câmara, pelo que perguntava se já havia o resultado dessas negociações e se já podia ser marcada essa Assembleia. ....

--O Sr. Presidente da Junta passou a dar as respostas pela mesma ordem. Assim, respondeu da seguinte forma: 1- As obras de repavimentação da Estrada Nacional 247, na Terrugem, não têm nada a ver com as obras da ARU. Nem com a Câmara Municipal de Sintra. São obras da exclusiva responsabilidade das Infra-estruturas de Portugal; 2 - Os transportes e o relacionamento com a Área Metropolitana de Lisboa são da responsabilidade da Câmara. O que a Junta tem feito é o que lhe cabe, ou seja, comunica à Câmara a insuficiência de transportes, solicitando soluções, pelo menos, para os casos mais difíceis. 3 - Relativamente à transferência das novas competências, as juntas do Concelho, com excepção de Agualva, em reunião, concordaram em não aceitar as novas competências para 2020. Mas aceitámos a competência para espaços verdes, após negociações muito complicadas. Chegámos a um acordo, que vai ser ratificado pelo executivo da Câmara, após o que haverá uma reunião extraordinária do executivo da Junta e logo a seguir, da Assembleia de Freguesia. Mas tudo indica que a concordância diga respeito apenas aos espaços verdes. As restantes competências, como é o

caso do Espaço Público, embora gostasse muito, não pode aceitá-las sem que as condições para a transferência sejam revistas, pois exigem muito pessoal, muita maquinaria e meios, para se conseguir cumpri-las com eficiência. E se aceitarmos, não poderemos dizer que não conseguimos. Amanhã, mesmo, deveremos receber a minuta da Câmara para nos pronunciarmos e logo nos primeiros dias de Janeiro apresentá-la-emos a esta Assembleia. ....

--O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou se mais alguém pretendia intervir, o que não aconteceu, pelo que passou ao ponto seguinte. ---

### Ponto 3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 3.1 - Apreciar e votar a acta nº 14 (Reunião de 24.Set.2019) -----

--O Sr. Presidente da Assembleia solicitou aos presentes que se pronunciassem sobre a acta nº 14, relativa à reunião de 24 de Setembro de 2019 não se tendo registado quaisquer pedidos de esclarecimento ou de correcção, pelo que foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade, com a exclusão dos votos de dois membros que não tinham estado presentes (Vogais Ana Carioca e Vera Rocha).-----

#### 3.2 - Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 4º Trimestre de 2019 -----

--O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para o caso de pretender acrescentar algo ao documento que fora distribuído, tendo este dito que, nesta informação, praticamente se trataram apenas de 2 meses e que o essencial se encontrava explanado no documento. Gostava só de fazer citação a um prémio de eficiência energética que a Junta tinha recebido, que, embora simbólico, não deixava de ser honroso e o Concelho de Sintra estava entre os cinco melhores concelhos do país nesta matéria, pois está a proceder à substituição da iluminação pública convencional por iluminação LED, que representa uma enorme poupança no consumo de energia. Em relação à pavimentação de estradas na Freguesia, os trabalhos estão a decorrer muito lentamente, pois a empresa que ganhou este e outros concursos só tem uma máquina e tem uma série de empreitadas por cumprir. Daí a lentidão a que se assiste e que não se compreende. ....

--O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia pronunciar-se sobre o assunto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. ....

#### 3.3 - Apreciar e votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 --

-- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que este fizesse uma apresentação do assunto. ....

--- O Sr. Presidente da Junta referiu que se tratava de um orçamento que reflectia as opções do executivo e ia na linha das opções tomadas nos últimos anos onde se tem privilegiado o espaço público tendo também em atenção o apoio às instituições da Freguesia. Previa-se uma maior cooperação com a Câmara, pois tem notado uma grande abertura por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra. Dito isto, ficava disponível para as questões que os membros da Assembleia entendessem colocar. ....

--O Vogal Ludovico Martins disse concordar com o sr. Presidente, quando disse que se tratava de um orçamento na linha dos anteriores, mas chamou-lhe a

Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terragem - Acta nº 15  
4ª Sessão Ordinária-2019, de 16 de Dezembro de 2019

*Vera Rocha*

atenção para o facto de, em relação ao orçamento de 2019, terem sido reforçadas as rubricas destinada aos parques infantis e à manutenção do espaço público, pelo que gostaria de ouvir o Sr. Presidente sobre isto.-----

--O Senhor Presidente da Junta respondeu que iria ser feita a substituição dos actuais pisos dos parques infantis por pisos sintéticos. Para o efeito, foi celebrado um protocolo com a Câmara Municipal de Sintra, para que se fizesse uma transferência de verbas específica, para que a Junta assumisse essa responsabilidade. Quanto à manutenção do espaço público, previa-se que viessem a verificar-se algumas intervenções mais significativas, desde que a Câmara - e tudo indicava que sim - colaborasse financeiramente e com apoio técnico. Disse ainda que a Junta não pode intervir no espaço público sem ser com o aval da Câmara. Não podia gastar dinheiro se não o tivesse; não podia gastar dinheiro onde não devia e não podia gastar dinheiro onde não tem competências. Daí que, quando se substituí a Câmara por uma questão de agilizar os trabalhos, ter de ser sempre com a autorização e apoio da edilidade. Mas no que respeita àquilo que lhe competia tinha, praticamente, 100% de execução orçamental. E o que competia à Junta encontrava-se explanado neste orçamento para 2020. ----

---VOTAÇÃO Das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 - Não se registando quaisquer outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, tendo-se verificado o seguinte resultado:-----

-Votos Contra -1 ( CDU);-----

-Abstenções -5 (Partido Socialista); -----

-Votos a Favor - 7 (PSD+CDS+MPT) -----

Pelo que foi APROVADO POR MAIORIA. -----

**3.4 - Apreciar e votar a Proposta nº 146 do Executivo, relativa ao Mapa de Pessoal** -----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que fez uma breve apresentação do documento, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o assunto à discussão, não se tendo registado qualquer intervenção pelo que passou à votação que teve o seguinte resultado:-----

---VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL -----

---Votos Contra - 0;-----

---Abstenções - 0;-----

---Votos a Favor -13;-----

Pelo que foi APROVADO POR UNANIMIDADE.-----

---ENCERRAMENTO - Concluída a Ordem do Dia o Sr. Presidente lembrou que até ao dia 1 de Janeiro iria ser marcada uma reunião extraordinária sobre a Lei das novas competências e apresentou a todos os presentes votos de festas felizes.

No final, foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da mesa.

E eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de  
funcionário designado para o efeito, a subscrevo. -----

Seguem-se os seguintes anexos:

**Anexo I** - Recorte do Jornal de Sintra com um texto de Henrique Martins sobre PDM;

**Anexo II** - Moção CDU sobre colocação de lombas na Rua Alto dos Moinhos.

~~atst~~  
Escp  
Via Roche

Câmara Municipal de Sintra aprova PDM

## Testemunho do trabalho de um munícipe que acompanhou em pormenor todo o processo do PDM

Por maioria dos seus vereadores, a Câmara Municipal de Sintra aprovou propor à Assembleia Municipal a aprovação de revisão do PDM de Sintra e também a aprovação da solicitação de ratificação do PDM ao Governo. Só depois é que este importante instrumento de gestão territorial do concelho de Sintra passará a estar em vigor.

A CMS tinha submetido a Discussão Pública durante dois meses (de 20 de junho a 18 de agosto de 2018) a sua Proposta de Revisão do PDM Sintra. Esta revisão teve o seu início em 25 de julho de 2012, data em que foi deliberada a sua revisão em Reunião de Câmara.

Este processo teve uma participação muito acima do esperado o que motivou uma maior morosidade na apreciação de todas as participações. Também a necessidade de concertação de algumas decisões, que resultam da discussão pública, com a administração central no âmbito das suas tutelas específicas, nomeadamente no que respeita à delimitação da reserva ecológica nacional (REN) e da reserva agrícola nacional (RAN) levou mais tempo do que era desejado. A apreciação global das participações, resultou na sua classificação em 5 categorias tipológicas:

Acolhido: quando a solicitação na participação apresentada foi acolhida na totalidade na versão final da Proposta, considerando que os argumentos não colocavam em causa os objetivos estratégicos do plano.

Parcialmente acolhido: quando apenas uma parte do

solicitado na participação apresentada foi acolhida na versão final da Proposta;

Não acolhido: quando a participação apresentada não reunia condições de executibilidade para ser acolhida na versão final do Plano (face aos critérios e opções do Plano e o quadro legal em vigor);

total de 43%, contrariavam os objetivos estratégicos do plano e o modelo de ocupação proposto. Muitas destas participações manifestavam a intenção de construir fora das áreas dos perímetros urbanos propostos.

Na distribuição geográfica das participações verifica-se

residente, ou seja, verificando a proporção de população residente que participou, nota-se uma alteração na distribuição sendo que a U.F. de São João das Lampas e Terrugem mantém-se como a mais participada (2,10%) seguida da Freguesia de Colares (1,5%) e da União de

PDM, correspondendo, portanto, a pedidos de reclassificação do solo (877 participações). Foram apresentadas 419 reclamações que constituem pedidos de reclassificação de solo que já era solo rústico no PDM em vigor (1999), o que corresponde a 35,5% do total de exposições,



Zona rural

Foto: João Pedro

Previsto no Plano: quando o solicitado na participação era redundante com o conteúdo dos documentos da proposta ou a sua concretização não estava impedida por estes; Fora de âmbito: quando o tema da participação não se enquadrava no âmbito da revisão do PDM.

A CMS recebeu 1.180 participações, sendo que 52,4% foram parcialmente ou totalmente acolhidas, face a 43,5% das exposições não acolhidas. Os restantes 4% são participações em que a matéria alvo de reclamação está prevista no Plano (2%) ou são exposições fora de âmbito ou não aplicáveis ao procedimento (2%).

As pretensões cuja ponderação foi desfavorável, num

uma clara assimetria, dado que os resultados são inversamente proporcionais às freguesias mais populosas. Assim, nota-se uma franca participação na União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem (347) e da União de Freguesias de Sintra (333), seguindo-se a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar (197) e a Freguesia de Colares (114). Nas freguesias mais populosas a participação pública foi muito reduzida, destacando-se no limiar mais baixo a Freguesia de Casal de Cambra (4), a U.F. de Massamá e Monte Abraão (8) e a U.F. do Cacém e S. Marcos (11).

Ao correlacionarmos as participações com a população

e 458 reclamações que constituem pedidos de reclassificação em relação à proposta apresentada em discussão pública, o que representa 38,8% do total de exposições. Em jeito de desabafo partilho as seguintes palavras. O nosso envolvimento foi significativo e este PDM, que a muitos deixará desencantados, furiosos, ... será o que foi entendido (por muitos) como o mais adequado para o nosso concelho. Da minha parte lamento que não fosse dada a oportunidade para que na nossa união de freguesias houvesse atempadamente o envolvimento que houve por parte dos fregueses no final do processo e lamento profundamente que as autarquias locais (Junta e Assembleia de freguesia) não percebessem a importância do seu envolvimento. Ficariamos todos a ganhar ... Esta é uma lição para os que geram as autarquias locais e para o comum dos cidadãos, pois é necessário uma efetiva cidadania territorial para que o nosso território corresponda aos nossos desejos, que são o de um claro desenvolvimento sustentável (com as pessoas cá).

“Estamos todos de parabéns pelo alcançado, claro que é pouco, que se perdeu muito, mas estava tudo perdido e com o movimento que se conseguiu criar melhorou-se em muito muitas situações dadas como perdidas” (palavras de Pedro Alexandre). A grande maioria das participações (74,3%) incidiu sobre a classificação do solo apresentada na proposta de

reclassificação em relação à proposta apresentada em discussão pública, o que representa 38,8% do total de exposições. Em jeito de desabafo partilho as seguintes palavras.

O nosso envolvimento foi significativo e este PDM, que a muitos deixará desencantados, furiosos, ... será o que foi entendido (por muitos) como o mais adequado para o nosso concelho.

Da minha parte lamento que não fosse dada a oportunidade para que na nossa união de freguesias houvesse atempadamente o envolvimento que houve por parte dos fregueses no final do processo e lamento profundamente que as autarquias locais (Junta e Assembleia de freguesia) não percebessem a importância do seu envolvimento. Ficariamos todos a ganhar ... Esta é uma lição para os que geram as autarquias locais e para o comum dos cidadãos, pois é necessário uma efetiva cidadania territorial para que o nosso território corresponda aos nossos desejos, que são o de um claro desenvolvimento sustentável (com as pessoas cá).

Henrique Martins

Freguesia	Acolhido	Parcialmente acolhido	Não acolhido	Fora do âmbito	Fora de âmbito	Não aplicável	Total
UF Aguiar e Mira Sintra	2	12	25	---	---	1	42
Algueirão Mem Martin	3	13	17	1	1	---	35
UF Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	79	55	67	2	---	---	197
UF Cacém e São Marcos	2	2	6	1	---	---	11
Casal de Cambra	1	3	---	---	---	---	4
Colares	15	24	69	2	3	---	114
UF Massamá e Monte Abraão	3	1	3	---	1	---	8
UF Oura e Boia	---	11	11	1	1	---	24
Rio de Lousa	6	14	22	2	1	---	45
UF São João das Lampas e Terrugem	80	107	133	6	8	---	347
UF Sintra	71	99	155	4	5	---	333
Sem consideração	1	8	5	6	1	1	22
Total Geral	270	348	513	26	21	2	1180

Tabela 2 - Ponderação das participações recebidas (nº)

JORNAL DE SINTRA

DIRECTORA  
Mafra Gracia de Andrade (70-516 8)  
jornalsintra.dir@maifolapac.pt

REDACÇÃO  
Paulo Kido (77) nº 1613 8)  
Bernardo de Brito e Cunha (75) nº 1425 4)  
Graça Pedrosa  
Cultura  
Filomena Oliveira, João Cachada, Luís Martins,  
Sérgio Luís de Carvalho, Alexandra Brásio  
Opinião  
João Cachada  
José Jorge Leiria  
História Local  
L. Henrique Santos, Miguel Reis  
Desporto  
António José, Helena Saraiva  
jornaldesportos@maifolapac.pt

Av. Belvedere Salgado, nº 4, 2710-572 SINTRA  
Tel. 21 910 88 31 / 33  
Télex: 96 243 11 18  
jornalsintra.nfoc@maifolapac.pt

GRAFISMO  
José Manuel Figueiredo  
PAGINAÇÃO  
Paula Silva  
jornalsintra@maifolapac.pt

LOJA / COMERCIAL / PUBLICIDADE  
Cristina Amaral (Lúcia)  
jornalsintra.loja@maifolapac.pt  
Tel. 21 910 88 31 (Lúcia)

ASSINATURAS  
Cristina Amaral  
Tel. 21 910 88 33  
jornalsintra.loja@maifolapac.pt  
Assinatura Anual (5,00 euros)  
Activadora - Escrição (16,00 euros)  
Temporada (1,80 euros)

DISTRIBUIÇÃO  
Nuno Pedro Marques (Colaborador)

JORNAL DE SINTRA  
TIPOGRAFIA MEDINA SA  
Av. Belvedere Salgado, nº 4, 2710-572 SINTRA  
www.jornaldesintra.com

Impressão na Empresa Gráfica  
Funchalense, SA  
Rua da Capela Nova Sra. da Conceição, 53  
- Madalena - 2715-818 Foz de Felgueiras  
Tel. 21 967 34 58

PROPRIETÁRIO E EDITOR  
TIPOGRAFIA MEDINA, S.A.  
COM O CAPITAL SOCIAL DE 50.000,00 Euros  
NIPC - 501047018 - Conselho de Administração:  
Mafra Gracia de Andrade, Maria Madalena  
Alguns Miguel, Maria da Graça da Costa Pedrosa

Mesa da Assembleia Geral - Francisca Ferreira  
Ferns dos Santos e Helena Ruardina Lopes  
Silveira

Detentores de mais de 10% do capital da  
empresa - Mafra Gracia de Andrade  
& Ruedora - Cooperativa Cultural de Sintra CUL  
(Em processo de extinção)

ESTATUTO EDITORIAL  
O Estatuto Editorial do Jornal de Sintra foi  
publicado em 7 de Janeiro de 1934, mantendo-se  
inalterado. Encontrar-se disponível para  
consultar no sítio da página  
www.jornaldesintra.com

REGISTO N.º 100121  
Tiragem média: 6.300 exemplares  
Depósito legal nº 37127/54

Os artigos assinados são da responsabilidade  
dos seus autores. As opiniões expressas nos  
mesmos não são, necessariamente, a opinião da  
direcção e da redacção.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA  
DA IMPRENSA REGIONAL



ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
DA IMPRENSA  
REGIONAL

## Moção sobre a colocação de Lombas na Rua Alto dos Moinhos

Considerando que a problemática da segurança rodoviária na rua Alto dos Moinhos é de extrema importância e que tem de ser o mais acautelada possível.

Considerando que se verifica nessa área um aumento da circulação automóvel.

Considerando que a área é atravessada por trânsito rodoviário a velocidades acima do permitido em área residencial.

Considerando que já se verificaram vários episódios de atropelamentos, sendo que o ultimo ocorreu há poucas semanas atrás e que já se verificou em tempos um atropelamento mortal.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem reunida a 16 de Dezembro de 2019 propõe que:

1. Sejam instaladas lombas em quantidade suficiente para dissuadir o mais possível o excesso de velocidade.
2. Seja reduzida a velocidade limite para 30km/h.
3. As medidas supracitadas sejam coordenadas com a Câmara Municipal de Sintra.

O Vogal Ludovic Martins eleito da CDU na  
União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem